



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13971.000041/2004-01  
Recurso nº : 127.170  
Acórdão nº : 201-78.950

MF-Segundo Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
de 13/01/07  
Rubrica

2º CC-MF  
Fl.

Recorrente : BAC PLÁSTICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.  
Recorrida : DRJ em Florianópolis - SC

**NORMAS PROCESSUAIS. CONSTITUCIONALIDADE DE LEIS. DISCUSSÃO NA ESFERA ADMINISTRATIVA.**

Os Conselhos de Contribuintes somente podem afastar a aplicação de lei por inconstitucionalidade nas hipóteses previstas em lei, decreto presidencial e regimento interno.

**PIS. NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO. MULTA DE OFÍCIO. EVIDENTE INTUITO DE FRAUDE. SONEGAÇÃO, FRAUDE E CONLUIO. PROVA.**

O procedimento sistemático de declarar, em DCTF, os valores devidos de contribuição a menor representa procedimento endravável como sonegação omissiva, o que sujeita o contribuinte à multa qualificada.

**JUROS DE MORA. TAXA SELIC.**

A exigência dos juros de mora com base na taxa Selic tem autorização legal no Código Tributário Nacional.

**Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por BAC PLÁSTICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por maioria de votos, em negar provimento ao recurso.** Vencido o Conselheiro Rogério Gustavo Dreyer, que dava provimento parcial para excluir a multa.

Sala das Sessões, em 07 de dezembro de 2005.

*Josefa Maria Coelho Marques*  
Josefa Maria Coelho Marques

Presidente

*Walber José da Silva*  
Walber José da Silva

Relator

MIN. DA FAZENDA - 2º CC  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 14/03/06

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Antonio Mario de Abreu Pinto, Maurício Taveira e Silva, Sérgio Gomes Velloso e José Antonio Francisco. Ausente o Conselheiro Roberto Velloso (Suplente convocado).



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13971.000041/2004-01  
Recurso nº : 127.170  
Acórdão nº : 201-78.950

MIN. DA FAZENDA - 2º CC  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 14 / 03 / 06

VISTO

2º CC-MF  
Fl.

Recorrente : BAC PLÁSTICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

## RELATÓRIO

Conta a empresa BAC PLÁSTICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., já qualificada nos autos, foi lavrado auto de infração para exigir o crédito tributário de contribuição para o PIS, no valor total de R\$ 352.227,59 (trezentos e cinqüenta e dois mil, duzentos e vinte e sete reais e cinqüenta e nove centavos), incluindo multa qualificada de 150% e juros de mora, em decorrência da falta de pagamento da exação e de sua declaração em DCTF em valores inferiores ao efetivamente devido, tendo a empresa apresentado DCTF retificadora no curso da ação fiscal.

A autuação compreendeu os períodos de apuração ocorridos entre 10/98 e 12/01.

Não se conformando com a autuação, a empresa ingressou com impugnação tempestiva, onde contesta a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, quanto à alteração da base de cálculo do PIS. Quanto à multa qualificada, alude a inexistência de dolo, fraude ou simulação, em vista da devida escrituração de todos os valores disponibilizados para a fiscalização da Receita Federal. Quanto à aplicação da taxa Selic, alega sua ilegalidade e constitucionalidade.

A 3ª Turma de Julgamento da DRJ em Florianópolis - SC manteve o auto de infração, nos termos do Acórdão DRJ/FNS nº 4.097, de 20/05/2004, cuja ementa abaixo transcrevo:

*"Assunto: Processo Administrativo Fiscal*

*Ano-calendário: 1998, 1999, 2000, 2001*

*Ementa: ARGÜIÇÃO DE ILEGALIDADE E INCONSTITUCIONALIDADE. INCOMPETÊNCIA DAS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS PARA APRECIAÇÃO - As autoridades administrativas estão obrigadas à observância da legislação tributária vigente no País, sendo incompetentes para a apreciação de arguições de constitucionalidade e ilegalidade de atos legais regularmente editados.*

*Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário*

*Ano-calendário: 1998, 1999, 2000, 2001*

*Ementa: MULTA DE OFÍCIO AGRAVADA. APLICABILIDADE - É aplicável a multa de ofício agravada, naqueles casos em que, no procedimento de ofício, constatado resta que a conduta do contribuinte esteve associado o evidente intuito de fraude.*

*JUROS DE MORA. APLICABILIDADE DA TAXA SELIC - Sobre os débitos tributários para com a União, não pagos nos prazos previstos em lei, aplicam-se juros de mora calculados, a partir de abril de 1995, com base na taxa SELIC.*

*Lançamento Procedente".*

Ciente da decisão em 03/06/2004, tempestivamente, a empresa interessada ingressou com o recurso voluntário de 417/429, onde reprisa os argumentos da impugnação e oferece bens para arrolamento, em garantia de instância.

*SM*

*WJ*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13971.000041/2004-01  
Recurso nº : 127.170  
Acórdão nº : 201-78.950

MIN. DA FAZENDA - 2º CC	
CONFERE COM O ORIGINAL	
Brasília,	14 / 03 / 06
_____	
VISTO	

2º CC-MF
FL
_____

Na forma regimental, o processo foi a mim distribuído no dia 19/10/2005,  
conforme despacho exarado na última folha dos autos - fl. 443.

É o relatório.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13971.000041/2004-01  
Recurso nº : 127.170  
Acórdão nº : 201-78.950

MIN. DA FAZENDA - 2º CC  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 14 / 03 / 05  
n  
VISTO

2º CC-MF  
FL.

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
WALBER JOSÉ DA SILVA

O recurso voluntário é tempestivo, está assegurado com arrolamento de bens e atende às demais exigências legais. Dele conheço.

Com o recurso voluntário a empresa interessada almeja o cancelamento do auto de infração argumentando inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 e da aplicação da taxa Selic, bem como que não praticou ato ilícito que justifique a aplicação da multa qualificada.

A multa qualificada de 150% é aplicada nos casos previstos no art. 44, II, da Lei nº 9.430, de 1996:

*"Art. 44. Nos casos de lançamento de ofício, serão aplicadas as seguintes multas, calculadas sobre a totalidade ou diferença de tributo ou contribuição:*

(...)

*II - cento e cinqüenta por cento, nos casos de evidente intuito de fraude, definido nos arts. 71, 72 e 73 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, independentemente de outras penalidades administrativas ou criminais cabíveis."*

Apesar de referir-se a "evidente intuito de fraude", a lei reporta-se às definições dos arts. 71 a 73 da Lei nº 4.502, de 1964, que tratam da conceituação de sonegação, fraude e conluio:

*"Art. 71. Sonegação é toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o conhecimento por parte da autoridade fazendária:*

*I - da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, sua natureza ou circunstâncias materiais;*

*II - das condições pessoais de contribuinte, suscetíveis de afetar a obrigação tributária principal ou o crédito tributário correspondente.*

*Art. 72. Fraude é toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido a evitar ou diferir o seu pagamento.*

*Art. 73. Conluio é o ajuste doloso entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas, visando qualquer dos efeitos referidos nos arts. 71 e 72."*

Portanto, não somente o evidente "intuito de fraude" implica a incidência da multa qualificada, bastando haver a sonegação dolosa, representada pela "ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o conhecimento por parte da autoridade fazendária (...) da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, sua natureza ou circunstâncias materiais (...)".

No presente caso, a recorrente, sistematicamente, efetuou declarações a menor dos débitos, o que afasta a possibilidade de erro ou culpa. Assim, omitiu, intencionalmente,

*4011*

*WJ*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

N.º N. DA FAZENDA - 2º CC  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 14 / 03 / 06

VISTO

2º CC-MF  
Fl.

**Processo nº : 13971.000041/2004-01**  
**Recurso nº : 127.170**  
**Acórdão nº : 201-78.950**

informações, visando retardar parcialmente o conhecimento do fato gerador pela autoridade fazendária.

Veja-se que, no presente caso, o fato de ter apresentado declarações retificadoras em curto prazo após o início da fiscalização demonstra o pleno conhecimento dos fatos, o que torna inequívoca a conduta dolosa.

No tocante às alegações que versam sobre constitucionalidade de lei, descabe apreciação da matéria em sede de processo administrativo, conforme jurisprudência reiterada desta 1ª Câmara.

Ademais, o Regimento Interno dos Conselhos de Contribuintes, em seu art. 22A, estabeleceu claramente em que situações é permitido aos Conselhos deixar de aplicar disposição legal, no caso de constitucionalidade.

Quanto aos juros de mora, o art. 161, § 1º, do CTN, permitiu que a lei estabelecesse modo diverso de sua incidência, relativamente ao disposto no *caput*.

O CTN não proibiu que fosse adotada taxa variável, nem que tal taxa pudesse superar a de 1% ao mês. No resto, tratando-se de alegações que versaram sobre constitucionalidade de lei, não cabe a apreciação da matéria em sede de processo administrativo, conforme já apontado anteriormente.

Em face do exposto, e por tudo o mais que do processo consta, meu voto é para negar provimento ao recurso voluntário.

Sala das Sessões, em 07 de dezembro de 2005.

WALBER JOSÉ DA SILVA